

Câmara do Rio aprova emenda à Lei Orgânica para a Guarda Municipal usar arma de fogo

A proposta teve 43 votos favoráveis entre os 50 vereadores presentes

A Câmara Municipal do Rio de Janeiro aprovou, por 43 a 7 o projeto de lei que permite a Guarda Municipal usar armas de fogo. O texto, de autoria do vereador Doutor Gilberto (SDD), com coautoria de todas as comissões do legislativo carioca, substituiu o projeto original do prefeito Eduardo Paes, que previa a criação de uma Força Municipal Armada, para trabalhar em conjunto com a Guarda Municipal.

Por se tratar de uma emenda à Lei Orgânica, o Regimento Interno da Casa obriga uma nova votação para daqui a 10 dias. Ela não precisa da sanção de Eduardo Paes para virar lei, porém, um Projeto de Lei Complementar ainda deve ser votado para detalhar como será o uso de armas pela Guarda. A expectativa é de que muitas emendas sejam incorporadas ao projeto.

Partidos de oposição ao governo Paes, como o PL, foram favoráveis ao texto.

“Não aceitaremos as artimanhas do prefeito Eduardo Paes para incluir pessoas não legítimas na Guarda Municipal através de contratos temporários, inconstitucionalidades e acapelo de armas”, afirmou o vereador Rogério Amorim.

“Esse Pelom ser votado hoje

é vitória dessa Casa e derrota do prefeito. Isso é um fortalecimento do Legislativo”, declarou o vereador Paulo Messina.

Já o PT e o PSOL instruíram suas bancadas para votarem contra o projeto.

“A Guarda Municipal precisa de valorização, não de armamento. Queremos uma guarda com concurso público, plano de carreira digno e papel estratégico na inteligência da cidade”, disse a vereadora petista Maíra do MST.

Discussão do projeto

O tema vem sendo debatido na Casa desde 2018 e ganhou novo fôlego após o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) firmar entendimento de que as guardas municipais integram o Sistema de Segurança Pública. Em seu voto na ação de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 995, o ministro Alexandre de Moraes destacou que as guardas municipais têm entre suas atribuições o poder-dever de prevenir, inibir e coibir infrações penais ou administrativas e atos infracionais que atentem contra os bens, serviços e instalações municipais. “Trata-se de atividade típica de segurança pública exercida na tutela do patrimônio municipal”, ressaltou.

No último dia 19 de mar-



Projeto vai para nova votação daqui a 10 dias, com possibilidade de receber emendas

ço, a Comissão de Segurança Pública e a Comissão de Administração Pública e Assuntos Ligados ao Servidor da Câmara Municipal realizaram uma audiência pública para discutir o assunto. O evento reuniu parlamentares, secretários de governo, agentes de segurança e membros da sociedade civil.

Além do substitutivo apre-

sentado por Dr. Gilberto, os vereadores analisaram também uma emenda do vereador Wellington Dias (PDT) que torna não obrigatória a utilização de arma de fogo pelos guardas municipais, facultando aos agentes a opção pelo uso exclusivo dos equipamentos de menor potencial ofensivo.

Assinam o substitutivo os

vereadores Dr. Gilberto (SD), Carlo Caiado (PSD), Willian Coelho (DC), Rafael Aloisio Freitas (PSD), Flávio Valle (PSD), Felipe Boró (PSD), Marcelo Diniz (PSD), Zico (PSD), Leniel Borel (PP), Jair Da Mendes Gomes (PR), Deangeles Percy (PSD), Tânia Bastos (Rep), Talita Galhardo (PSD), Inaldo Silva (Rep),

Wellington Dias (PSD), Junior da Lucinha (PSD), Rodrigo Vizeu (MDB) e Márcio Ribeiro (PSD); e as Comissões de Justiça e Redação, de Segurança Pública, de Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público, de Defesa dos Direitos Humanos e de Finanças Orçamento e Fiscalização Financeira.

Quaquá também deseja ter GM armada em Maricá

O prefeito de Maricá, Washington Quaquá, anunciou que vai armar a Guarda Municipal. A decisão foca no fortalecimento da segurança da população frente ao acelerado crescimento urbano do município.

“O crescimento de Maricá nos últimos anos trouxe inúmeros benefícios para nossa população, mas também novos desafios de segurança pública que precisamos enfrentar com responsabilidade e preparo”, afirmou Quaquá. “O armamento da Guarda Municipal se insere em um conjunto mais amplo de iniciativas para que nossa cidade continue um lugar seguro para se viver”, acrescentou o prefeito.

De acordo com o secretário de Segurança Cidadã, Coronel Julio Veras, todos os guardas municipais serão armados após passarem por rigoroso processo de treinamento, que será realizado pela própria instituição em parceria com a Polícia Militar do Rio de Janeiro.

“Estamos comprometidos com a preparação adequada de nossos agentes antes de qualquer implementação do uso de armas. Além do efetivo regular, será formado um grupamento especial para situações que demandem intervenção tática específica”, explicou Veras.

O projeto inclui o uso de câmeras corporais para todos os agentes armados, garantindo transparência nas abordagens e fiscalização das ações.

“A fiscalização do uso das armas será realizada pela Correge-



Prefeito Washington Quaquá pretende enviar projeto para a Câmara Municipal

doria Interna e pelo Ministério Público, que é o fiscal natural da atividade policial, assegurando o cumprimento rigoroso dos protocolos estabelecidos”, disse o secretário.

O investimento necessário para o armamento será integralmente financiado pela Secretaria municipal de Segurança Cidadã. Um projeto de lei será encaminhado para a Câmara de Vereadores de Maricá, onde seguirá os ritos de tramitação interna até a votação em plenário. Segundo a administração municipal, as responsabilidades da Guarda Municipal e da Polícia Militar permanecerão as mesmas, seguindo estritamente o que determina a legislação.

A iniciativa de Maricá segue tendência já adotada por outras cidades brasileiras, como São Paulo e Curitiba, que registra-

ram melhorias nos índices de segurança após implementarem o armamento de suas guardas municipais. No estado do Rio de Janeiro, Volta Redonda já possui Guarda Municipal armada, enquanto São Gonçalo está em processo de treinamento de seus agentes.

Capacitação é prioridade

Todo o efetivo da Guarda – cerca de 420 agentes – será qualificado para o uso de arma de fogo durante o serviço. Além disso, será criado o Grupamento de Ocupação Democrática Armada do Território (GODAT), que vai atuar para impedir o domínio armado de territórios como acontece em outros municípios.

“Em Maricá, bandido não vai oprimir o povo e nem vai ocupar o território. Quem manda é

o estado democrático de direito. Aqui, bandido não vai ter vez. Não teremos economia de recursos para ter a melhor força de segurança municipal do Brasil”, garantiu Quaquá.

A Guarda Municipal mantém, hoje, um Centro de Estudos que oferece formação continuada para que o agente tenha domínio do dinamismo das ações e tecnologias e possa prestar um serviço qualificado à população. Todos os grupamentos da instituição realizam, com frequência, cursos especializados de atualização.

Durante o curso de formação na Guarda, são ministradas aulas de Direitos Humanos. Atualmente, os agentes estão passando por qualificação no Instituto Marielle Franco sobre temas como direitos das mulheres, discriminação, racismo, desigualdade e direito à cidade.



Proposta teve aprovação unânime

Belford Roxo aprova Força Tática

A Câmara de Vereadores de Belford Roxo aprovou por unanimidade, nesta terça-feira (01), o projeto de Lei de autoria do prefeito Márcio Canella (União Brasil) que cria a Força Tática Municipal, com armamento da Guarda Municipal com armas de fogo para reforçar a segurança pública do município.

De acordo com o Projeto, a Força Tática será responsável por auxiliar os órgãos da Segurança Pública no âmbito municipal, realizando a vigilância preventiva e comunitária, bem como garantir a proteção dos bens, serviços públicos e da população. Ela será composta exclusivamente por servidores efetivos da Guarda Civil Municipal, e prevê ainda que aos integrantes da Força Tática só será autorizado o porte funcional de arma de fogo para uso exclusivo no estrito exercício de suas funções;

além disso, serão realizados treinamento prático e teórico de tiro, ministrado por entidade credenciada pela Polícia Federal ou Polícia Militar.

O projeto foi votado e aprovado em primeira e segunda discussão de urgência especial pelos 23 vereadores presentes à sessão e teve parecer favorável das Comissões de Constituição, Justiça e Redação Final, e da Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Pública, e seguirá agora para sanção do prefeito Canella.

A sessão ordinária foi comandada pelo presidente da Câmara Municipal, Markinho Gandra, e teve aprovação unânime dos vereadores que em seus discursos, enalteceram a importância do projeto como um reforço na Segurança Pública do município no auxílio às ações da Polícia Militar.